

A resistência guaraníca: um olhar sobre o Prospecto do ataque no Passo do Rio Churieby (1753-1756)



Jessica Aparecida Correa

Departamento de Geografia. Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista *campus* Rio Claro. São Paulo, Brasil.

Recibido: 17 de diciembre de 2021. Aceptado: 07 de abril de 2022.

RESUMO

O que a visão oficial da história chama de *Guerra Guaranítica*, a resistência Guaraní denomina de *massacre*. O artigo ora apresentado tem por matriz teórica os estudos que se colocam na contramão da história e da geografia oficiais da formação territorial do Brasil. A perspectiva mobilizada tem por referência a “história dos vencidos”. A nossa abordagem se coloca ao lado da diretriz interpretativa indígena, isto é, um esforço para trazer à cena a resistência guaraníca contra o massacre dirigido pelas tropas ibéricas entre 1753 e 1756, nos territórios jesuític-guarani conhecidos como Sete Povos das Missões. Assim, em numa leitura a “contrapelo”, apresentamos uma peça cartográfica assinada pelo português José Custódio de Sá e Faria, dirigente militar, engenheiro e testemunho ocular do massacre de Caiboaté. A transgressão interpretativa consiste em captar a abrangência da resistência Guaraní nos mapas militares históricos em meados do século XVIII.

PALAVRAS-CHAVE: GEOGRAFIA HISTÓRICA. SÉCULO XVIII. MASSACRE DE CAIBOATÉ. RESISTÊNCIA GUARANÍTICA. CARTOGRAFIA MILITAR IBERO-AMERICANA.

The Guaranitic Resistance: a look at the Prospecto do ataque no Passo do Rio Churieby (1753-1756)

ABSTRACT

What the official vision of history calls the *Guerra Guaranítica*, the Guaraní resistance calls a massacre. The studies opposed to the official history and geography of Brazil's territorial formation are presented as theoretical matrix in this article. The mobilized perspective holds as reference the “history of the massacred”. Our approach is situated alongside the indigenous interpretative guideline, that is, an effort to bring to the scene the Guaraní resistance against the massacre led by Iberian troops between 1753 and 1756, in the Jesuit-Guarani territories known as Seven Missions Peoples. Thus, in a reading against the grain, we present a cartographic piece signed by the Portuguese José Custódio de Sá e Faria, military leader, engineer, and eyewitness to the Caiboaté

A resistência guaranítica: um olhar sobre o...
JESSICA APARECIDA CORREA

massacre. The interpretive transgression consists of capturing the scope of the Guaraní resistance on historical military maps in the mid-18th century.

KEYWORDS: HISTORICAL GEOGRAPHY. CENTURY XVIII. CAIBOATÉ MASSACRE. GUARANITIC RESISTANCE. IBEROAMERICAN MILITARY MAPPING.

PALABRAS CLAVE: GEOGRAFÍA HISTÓRICA. SIGLO XVIII. MASACRE DE CAIBOATÉ. RESISTENCIA GUARANÍTICA. CARTOGRAFÍA MILITAR IBEROAMERICANA.

Introdução

O artigo apresenta uma leitura geográfica do *Mappa que contem o Pais conhecido da Colonia athe as Missoes e o caminho q. fizerao as duas Armadas de S.Mag de Fidellma., e Cattolica* (1756), uma peça cartográfica que também é conhecida como o *Prospecto do ataque no Passo do Rio Churieby*, de autoria do coronel português José Custódio de Sá e Faria. A opção por trazer à cena o mapa tem como esforço reconhecer a importância das fontes cartográficas militares ibero-americanas produzidas em meados do século XVIII para os estudos da geografia histórica, cartografia histórica e da formação territorial do Brasil.

O resgate da resistência indígena dos Sete Povos das Missões tem por intenção colocar à cena o “passado-vivo” do massacre empreendido pela colonização europeia. A nossa leitura tem por base a “visão dos vencidos” conforme as *teses sobre o conceito de história* de Walter Benjamin (2012). O esforço também está em empreender uma leitura crítica da fonte cartográfica tendo como objetivo precípua a resistência indígena, sobretudo, a luta Guarani do passado e presente. Esse olhar nos ensina a reconhecer que intitular de *Guerra Guaránica* o massacre sofrido pelos Guarani em 1756 é uma forma de perpetuar a visão histórica que culpa o massacre pela guerra, conforme nos ensina a liderança David Popygua (Correa, Popygua e Castro 2020).

Para trazer uma contextualização introdutória da fonte a ser analisada ressaltamos um elemento marcante da geopolítica militar ibérica setecentista, a saber: o alcance do “status jurídico” da cartografia no contexto do chamado Tratado de Madri (1750).¹ Segundo Jeffrey Alan Erbig Junior (2015:124), ao ser estabelecido o “Mapa das Cortes” como documento básico para o acordo diplomático, o *status* cartográfico rompeu o “paradigma” na formalização jurídica dos mapas, porque sua representação territorial se apresentou como determinação legal e estabeleceu uma mudança profunda nas formas diplomáticas de reivindicar as posses territoriais coloniais.

De acordo com o autor, o Tratado de Madri também marcou a mudança na maneira como Espanha e Portugal discutiram os bens territoriais dos povos não reduzidos nas aldeias missionárias. Embora o conceito de “praça” permitisse a possibilidade legal de posse de terra por meio de pastoreio ou comércio, o conceito de “província” não. Em vez disso, como explica Erbig Junior (2015), essa maneira de ver o espaço dependia da mediação cartográfica e exigia controle territorial completo. Com isso, considerou

¹ Uma versão em português digitalizada do Tratado de Madri pode ser acessada no arquivo digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo. O título original do documento é *Tratado Preliminar de Paz, E De Limites na America Meridional, Relativos ao Estados, Que Nella Possuem As Coroas de Portugal e de Hespanha, Assinado em Madri Pelos Plenipotenciarios de Suas Magestades Fidelíssima, e Catholica, em o Primeiro de outubro de MDCCLXXVII e Ratificado por Ambas Magestades* (Publicado em Lisboa, na Regia Officina Typografica, em 1824). A cópia está disponível em: <https://bit.ly/34n4MyV> (acesso em: 4 junho 2020).

A resistência guaranítica: um olhar sobre o...
JESSICA APARECIDA CORREA

os direitos de usufruto subordinados aos desenhos de papel. Por extensão, os povos originários não podiam mais ser considerados possuidores legítimos da terra, nem mesmo agentes independentes. Como resultado, as autoridades ibéricas passaram a conceber os indígenas como vassallos, tendo sido reduzidos ou não.²

O reforço da retórica cartográfica sobre as negociações e disputas dos Estados absolutistas ibéricos implicou na forjadura de “consensos” e “retóricas” representacionais que tinham por fundamento extinguir o poder dos habitantes originários sobre as posses de suas terras, isso significa dizer que as estratégias de dominação utilizadas na cartografia coloreem os traços dos desenhos das paisagens tornando-as mais atrativas. Não obstante, utilizam adornos e molduras para remediar os vazios dos mapas e a ignorância do cartógrafo sobre as exatas informações dos terrenos. Tais estratégias de representação tiveram como baliza a insistência em consolidar uma imagem do indígena sul-americano como selvagem e bárbaro. Por isso, podemos afirmar que as representações cartográficas militares desse contexto alimentaram um discurso de “verdade” e “progresso” *versus* o “obstáculo” e “empecilho” que representaram os povos indígenas para os interesses imperiais.

A base dessa cartografia esteve assentada na força e ação violenta dos militares, pois à medida que o status jurídico da cartografia se consolidou, consecutivamente os mapas passaram a servir de documento “legítimo” e “verdadeiro” para justificar, naturalizar e glorificar o massacre contra os povos indígenas.

O Tratado de Madri foi um acordo geopolítico dos impérios ibéricos para estabelecer, no quadro mais geral das nações europeias, os limites entre os domínios dos territórios coloniais na América do Sul e Ásia. Na Colônia sul-americana, o maior objetivo era definir a fronteira meridional e garantir as posses territoriais do “Novo Mundo”. De acordo com Zusman (2000), o propósito do tratado precisava alcançar a legitimação do processo de ocupação que colocava em questão a distribuição espacial entre os impérios ibéricos.

O Tratado tinha por finalidade oficializar margens fluviais, marítimas e terrestres, definindo os limites dos poderes das Coroas ibéricas. Isso implica dizer que os acordos geopolíticos negociados anteriormente perdiam a validade, como o Tratado de Tordesilhas (1494) e o Tratado de Utrecht (1713). Como podemos ver no Primeiro Artigo do documento oficial do Tratado de Madri (1750), em sua versão em espanhol:

El presente tratado será el único fundamento y regla que en adelante se deberá seguir para la división y límites de los dominios en toda la América y en Asia; y en su virtud quedará abolido cualquier derecho y acción que puedan alegar las dos Coronas, con motivo de la bula del Papa Alejandro VI, de feliz memoria, y de los tratados de Tordesillas, de Lisboa y Utrecht, de la escritura

2 No original da dissertação: *The Treaty of Madrid also marked a shift in the ways in which Spain and Portugal discussed the territorial possessions of mobile peoples. While the concept of plazas allowed for the legal possibility of land possession through herding or trading, the concept of provinces did not. Instead, this way of seeing space relied squarely on cartographic measurement and demanded complete territorial control. It deemed usufruct rights subordinate to drawings on paper. By extension, then, native peoples could no longer be considered legitimate possessors of land, or even independent agents. As a result, imperial officials began to envision them as vassals, whether they had accepted reductions or not* (Erbig Junior, 2015:124-125).

A resistência guaranítica: um olhar sobre o...
JESSICA APARECIDA CORREA

de venta otorgada en Zaragoza, y de otros cualesquiera tratados, convenciones y promesas; que todo ello, en cuanto trata de la línea de demarcación, será de ningún valor y efecto, como si no hubiera sido determinado en todo lo demás en su fuerza y vigor. Y en lo futuro no se tratará más de la citada línea, ni se podrá usar de este medio para la decisión de cualquiera dificultad que ocurra sobre los límites, sino únicamente de la frontera que se prescribe en los presentes artículos, como regla invariable y mucho menos sujeta a controversias (Imprenta del Estado, 1836).

Entre as intenções dos acordos diplomáticos e a sua efetivação nos territórios coloniais diversas foram as controvérsias e desavenças, porém, ao fim e ao cabo sem grandes êxitos e resoluções. Nas negociações entre os chefes militares e os representantes dos monarcas da Espanha e Portugal, os territórios coloniais eram pautados como imensos “espaços vazios” e divididos por supostas “barreiras naturais” para delimitar os confins.

A utilização das barreiras naturais contemplava a ideologia geográfica pautada no mito da “Ilha Brasil” e reforçava a tese de que havia uma insularidade Amazônica-Platina na Colônia luso-americana. O empreendimento geográfico de linearização das fronteiras representou um aspecto crucial da política territorial dos impérios ibéricos setecentistas, em especial das políticas territoriais pombalinas (Moraes, 2009). A estratégia geopolítica com base nas barreiras naturais significou não somente a facilitação dos trabalhos de levantamento territorial estipulado no Tratado de Madri, mas representava, principalmente, a remediação da ignorância dos europeus das medidas *in loco* das possessões coloniais sul-americanas, como também servia para criar uma ideologia geográfica da “natural” unicidade do território colonial luso.³

Na leitura empreendida, o Tratado de Madri foi uma estratégia geopolítica das Coroas ibéricas para impor um poder externo que pretendia estabelecer uma organização territorial sobre as pré-existentes. O olhar que nos detemos está voltado para a imposição desse poder externo sobre aqueles territórios, tanto ligados às Missões Jesuíticas-Guarani quanto aqueles próprios dos povos originários.

Contudo, os interesses da Companhia de Jesus e o envolvimento de importantes padres jesuítas no levante indígena são elementos fundamentais do contexto histórico. Para os padres jesuítas, a repercussão do levante indígena contra o Tratado de Madri foi definidora para a não permanência da ordem religiosa no projeto de colonização dos territórios sul-americanos. A oposição dos inácianos contra a permuta dos Sete Povos das Missões com Portugal e o apoio ao bloqueio indígena contra a expedição da Primeira Partida Demarcatória do Sul (1753) buscavam convencer a Coroa espanhola da importância estratégica dos territórios missionários para a efetiva ocupação na Bacia do Rio da Prata. Além disso, a oposição dos padres ao acordo intensificou a propagação do sentimento antijesuítico muito utilizado no período para enfraquecer o poder da igreja.

O domínio da área missionária era estratégia fundamental para dirimir os impasses fronteiriços da época. A resistência indígena dos Sete Povos das Missões contra o domínio português estipulado no Tratado de Madri foi criminalizada pelas Coroas. Conforme

3 Sobre o assunto consultar os autores Cortesão (2009), Almeida (2001) e Kantor (2007).

A resistência guaraníca: um olhar sobre o...
JESSICA APARECIDA CORREA

escreve Quarleri (2009:210), a revolta dos Guarani atualizou concepções “intactas” de práticas há muito persistentes na sociedade colonial:

En una amalgama de ideas, los pueblos pasaron a ser rebeldes e infieles, desleales y herejes, y sus acciones fueron condenadas en dos niveles: uno que apuntaba al escarmiento derivado de crimen de lesa majestad y el otro, a la aplicación de las fuerzas bélicas del Estado colonial. Ambos castigos se sumaban porque los guaraníes eran grupos que habían aceptado su vasallaje al rey y ahora se rebelaban contra él.

Segundo Quarleri (2009:210), em cartas o governador de Buenos Aires, Andonaegui declarou guerra à resistência indígena por crime de lesa majestade, “[...] se concebía como legítima la ocupación, el exterminio y la esclavitud de los mismos”. A rebelião deveria ser finalizada com o uso de armas e identificar seus líderes e apoiadores: “[...] el uso de las armas y la esclavización de los grupos derrotados acompañaron a la política monárquica desde el origen de la conquista de la América” (Quarleri, 2009:210).

A resistência guaraníca e a ordem da guerra

O levante indígena que desafiou o Tratado de Madri foi brutalmente massacrado na batalha que ficou conhecida como Batalha de Caiboaté, ocorrida em 10 de fevereiro de 1756. Antes do massacre, os indígenas buscaram resistir de diferentes maneiras, por meio de cartas para o rei da Espanha e para a Companhia de Jesus, com vistas a reivindicar a permanência em suas terras e firmar posição contrária à despossessão pretendida pelos reis de Espanha e Portugal.

O levante indígena foi repudiado pelas autoridades espanholas. Segundo Lía Quarleri (2009), a guerra contra os Guarani foi declarada imediatamente após o ano de 1753, quando os Guarani detiveram os técnicos demarcadores da Primeira Partida do Sul que pretendiam recolher as informações geográficas para a produção dos mapas estipulados pelo Tratado de Madri. O anúncio de guerra do governador José de Andonaegui, designado para efetivar a transmigração dos indígenas para o lado espanhol, consolidou a resistência indígena. Nas palavras de Quarleri (2009:15-16):

La intimidación no tuvo el efecto esperado, sino que, por el contrario, reforzó el espíritu de oposición originado en los pueblos. En consecuencia, Andonaegui envió una amenaza de guerra a las reducciones cuando los guaraníes ya estaban dispuestos a defender sus tierras con las armas. De forma inmediata, siguiendo instrucciones reales, el gobernador preparó una campaña bélica contra aquellos. Por su parte, los guaraníes, apelando a su experiencia militar previa como milicias del rey, se organizaron para la guerra. Entre los años de 1754 y 1756, los pueblos de ambas bandas del río Uruguay, conducidos por sus caciques y líderes, se enfrentaron a las fuerzas españolas, aliadas a las de sus históricos rivales, los portugueses.

A fronteira a ser demarcada no tratado “rasgava” os territórios dos Sete Povos localizados no extremo sul do território colonial, à oriente do rio Uruguai. Os territórios foram disputados pelas Coroas ibéricas durante os séculos XVII e XVIII, ficando conhecidos

A resistência guaranítica: um olhar sobre o...
JESSICA APARECIDA CORREA

como “territórios missioneiros” ou “missões jesuíticas-Guarani” –por se tratar de um conjunto de 30 aldeamentos habitados na maioria pelos indígenas Guarani–. O conjunto do povoado era dirigido pelos padres jesuítas espanhóis sob o controle da Companhia de Jesus.

Como escreve Lía Quarleri (2009), a princípio grande parte dos indígenas Guarani, mesmo a contragosto e insatisfeita, aceitou a transmigração para os novos assentamentos dentro dos domínios espanhóis, como ordenava o Tratado de Madri, porém, a precariedade das condições obrigou-os a regressar para as reduções jesuítas na margem esquerda do rio Uruguai.

A revolta da falta de estrutura para prosseguir com seus modos de vida gerou a necessidade de articulação conjunta dos aldeamentos jesuíticos-Guarani e demais etnias. À medida que as notícias da presença na região dos técnicos das expedições demarcatórias se espalhavam, maiores eram as preocupações dos Guarani para defender seus territórios.

As lideranças Guarani conseguiram articular a mobilização de praticamente todos os 30 povoados missioneiros. O levante contra o Tratado de Limites teve como primeira estratégia de resistência, estender uma frente de guerreiros nas proximidades de Santa Tecla (atual Bagé/RS) para impedir a entrada dos demarcadores da Primeira Partida do Sul. O episódio foi registrado no diário de José Custódio de Sá e Faria em 26 de fevereiro de 1753.⁴

Os comissários da Primeira Partida do Sul, o espanhol Juan de Echevarría e o português Francisco Antonio Cardoso de Meneses, acompanhados por 400 soldados, alcançaram as paragens da estância de São Miguel quando foram abordados por lideranças Guarani e autoridades missioneiras, como foi o caso do alferes Sepé Tiaraju, que na ocasião era o porta-voz da resistência Guarani que obrigou os comissários da Partida a retornar, pois os indígenas não tinham ordens de deixar passar a comitiva. *“Para evitar el avance sobre sus tierras el capitán de los guaraníes amenazó a la expedición con la llegada de un ejército compuesto por nueve mil hombres. No obstante, la amenaza efectuada sólo constituyó una estrategia para amedrentar a una tropa española y portuguesa superior en número”* (Quarleri, 2009:185).

A estratégia indígena de amedrontar a expedição com o anúncio de um grande contingente de homens teve resultado positivo e obrigou a expedição recuar para Colônia do Sacramento, Montevidéu, Arraial de Veras e Rio Grande. O resultado da frente de resistência culminou no retardamento do levantamento das adjacências dos rios Ibicuí e Uruguai. Os trabalhos realizados pelos técnicos expedicionários se limitaram às cabeceiras do rio Negro.

O bloqueio da frente indígena na entrada da estância de São Miguel em 1753 pode ser classificado como o primeiro marco da resistência Guarani *in loco* contra o Tratado

4 É importante notar que Tau Golin (1998), ao apresentar o diário de J.C. de Sá e Faria, evidencia que o coronel utiliza uma multiplicidade de fontes, com inclusão de diários, cartas e observações feitas pelos técnicos e militares espanhóis. Dessa forma, Custódio se valeu de diferentes inscrições e fontes para trazer uma visão amplificada dos acontecimentos, buscando endossar com “contraprovas” as ações dos técnicos e militares. Consultar em Golin (1998:512, nota 360).

A resistência guaranítica: um olhar sobre o...
JESSICA APARECIDA CORREA

de Madri. Os relatos, diários e mapas da época enfatizam o levante indígena como um importante acontecimento que irrompe as estratégias imperiais e as negociações políticas que determinavam a definição da fronteira luso-castelhana no continente sul-americano.

Após o episódio ocorrido na entrada de São Miguel, as forças militares foram acionadas e as chances de um acordo entre indígenas e demarcadores ficaram ainda mais distantes. O bloqueio indígena foi interpretado pelas tropas como um recado para “provocar a guerra”. A acusação ficou ainda mais grave quando, no ano de 1754, os indígenas ocuparam o forte do rio Pardo. Na ocasião, os portugueses que escoltavam o forte foram surpreendidos pelos indígenas, que levaram cavalos e armas de fogo encontradas no armazém. A ação ao Forte Jesus, Maria, José do rio Pardo contou com a liderança de Sepé Tiaraju. O incêndio provocado no Forte podia ser visualizado pelas tropas portuguesas que estavam acampadas nas proximidades do rio Jacuí. O fogo destruiu drasticamente o Forte, o que aprofundou o malogro da operação das tropas ibéricas naquele mesmo ano. Desde então, a reconstrução do forte se colocou como tarefa urgente, demandando braços (diga-se, força de trabalho majoritariamente indígena) e recursos da Coroa portuguesa. A reconstrução se estendeu até o ano de 1755, quando as forças militares começaram a colocar em movimento a nova operação contra os Guarani dos Sete Povos das Missões.

Nesse contexto, a reorganização das tropas e a articulação do novo plano de guerra abrangeu todo o ano de 1755, quando as tropas ibéricas unidas na cabeceira do Rio Negro marchariam juntas para invadir os Sete Povos via estância de São Miguel no ano seguinte. O incêndio do Forte ampliou a perseguição contra a liderança de Sepé, endossando a comemoração dos oficiais na colônia e no além-mar quando a liderança foi assassinada em 1756, com os tiros do governador de Montevideu Joaquim Viana.

Conforme Lía Quarleri (2009), as notícias que chegavam ao povoado sobre as manobras e intenções portuguesas de invasão e ocupação do território missioneiro transformaram os ânimos e as relações durante os anos de 1753 e 1754. Segundo a autora, em 26 de fevereiro de 1753, a decisão de desalojar os portugueses do Forte (comandada pelas lideranças indígenas, como Sepé Tiaraju e Alexandre Mbruari) reuniu um contingente de 500 indígenas dos territórios mais próximos, como São Lourenço, São Luís e São João. O incêndio ocorreu antes de que o exército de Espanha e Portugal de fato se pusessem em marcha.

A tentativa de emboscada pretendia amedrontar a guarnição lusa visando ao abandono do Forte e o recuo da presença portuguesa na área missioneira. *“Se esperaba de esta forma marcar separaciones más claras entre las dos partes, dar margen a una mejor defensa del territorio y evitar la invasión de sus tierras”* (Quarleri, 2009:248). Em cartas, o padre T. Henis explicitava que a ação dos indígenas não tinha por intenção o confronto aberto e nem um combate direto, sendo uma maneira alternativa encontrada pelos Guarani das missões-jesuítas para dar visibilidade a suas reivindicações contra as negociações diplomáticas que lhes impunham a despossessão territorial. Nesse contexto de instabilidade, a ação Guarani foi encarada pelas tropas como uma traição, gerando enorme oposição entre as tropas ibéricas e reforçando o discurso de punição e perseguição contra os rebeldes.

A resistência guaranítica: um olhar sobre o...
JESSICA APARECIDA CORREA

A presença das tropas nas proximidades dos territórios missioneiros levou, então, a ação conjunta contra a fortaleza de Jesus, Maria, José: “[...] enquanto ocorria o combate de assalto, em que a guarnição da fortaleza de Jesus, Maria, José disparou mais de mil tiros de fuzis e cem de canhões, grupos missioneiros reuniram em torno de setenta cavalos dos oficiais nos pastos próximos e atravessaram o rio Pardo” (Golin, 2012:92).

A participação de Sepé Tiaraju e Alexandro Mbaruari na condução de 500 guerreiros é marcante na ação. Assim, divididos em três tropas, os indígenas sitiaram os portugueses e atacaram com flechas e com canhões rudimentares a fortaleza, atingindo quatorze soldados. Escreve Quarleri (2009:249):

De forma inmediata, los guaraníes abandonaron el sitio para, en cambio, tomar por sorpresa los depósitos y las casas existentes en los entornos de la fortaleza. Al estar sin guardias, fueron arrebatados por aquéllos en su afán por tomar las armas disponibles, las hachas y otros bienes. El saqueo emprendido determinó que se perdiera la unidad entre los capitanes de la tropa y que el programa de acción se difuminara. La dispersión, como la ausencia de una táctica que trascendiera el ataque y el asalto a la fortaleza, los expuso a una contra ofensiva del adversario.

Ainda segundo Lía Quarleri (2009:252-253):

El combate se extendió por dos horas y, no obstante, la persistencia de los guaraníes, el ataque fue resistido con éxito por sus enemigos. [...] el golpe definitivo se produjo cuando unos doscientos portugueses salieron de la empalizada defensiva y comenzaron a avanzar sobre ellos con sus cañones. La tropa de los pueblos retrocedió y se refugió en diferentes partidas en los bosques aledaños. El signo trágico del día 29 de abril fue la muerte del capitán Alejandro, teniente del corregidor del pueblo de San Miguel.

A contraofensiva portuguesa levou à retirada dos indígenas, ficando mortos 20 deles.⁵ Os feridos foram recolhidos e, “en símbolo de venganza y escarmiento, le cortaron la cabeza a un comandante del pueblo de San Luis” (Quarleri, 2009:249). A morte de Alexandre Mbaruari foi devastadora na articulação dos guerreiros e, por consequência, no agravamento da situação. As lideranças Guarani buscaram alternativas para o encaminhamento do embate, porém sem êxito. Na ocasião, as forças portuguesas propuseram uma trégua com a intenção de recuperar os cavalos levados. Sepé Tiaraju aceitou e se colocou a negociar com os portugueses nas proximidades do Forte.

Como forma de impressionar a liderança indígena e ganhar sua confiança, o exército português festejou a aproximação, o que despertou o interesse dos demais Guarani que também se juntaram ao pé do Forte. Assim, desarmados e desprevenidos, foram aprisionados pelo exército português. “La toma de cincuenta y tres rehenes junto a su capitán, Sepé Tiarayú, fue un duro golpe para la ofensiva guaraní y el primer signo contundente de la debilidad de sus fuerzas, así como de la ausencia de una táctica

⁵ “As cifras do jesuíta Tadeu Hanis divergem: morreram 22 índios e 26 saíram feridos. Caíram 14 portugueses” (Golin, 2012:86).

A resistência guaranítica: um olhar sobre o...
JESSICA APARECIDA CORREA

bélica efectiva por parte de los pueblos” (Quarleri, 2009:254). No diário de José Custódio, a contraofensiva portuguesa é descrita da seguinte forma:

Recebendo eles a primeira força de nossa artilharia, logo a poucos passos, se puseram em retirada, já muito destroçados, deixando seis índios mortos e duas peças do calibre de dois, com 4 carretas delas, deitaram no fundo do Rio Pardo, quando por ele passaram a nado, por irem a quem mais podia fugir (Golin, 1998:295).

Destacamos alguns elementos que se desdobraram na ocorrência do ataque ao Forte: (i) a estratégia portuguesa de forjar uma trégua para recuperar os cavalos, mas (ii) se aproveitando da confiança dos indígenas nas negociações em troca dos prisioneiros. Sepé ficaria responsável por recuperar os cavalos levados para recuperar os prisioneiros. Dessa forma, junto a alguns homens do exército português, cavalgou em direção à outra margem do rio Pardo, onde buscava recuperar os animais. No entanto, dada a traição lusitana, o líder indígena decidiu saltar do cavalo em que estava e se embrenhou na mata, abandonando os portugueses no caminho. A fuga de Sepé ocasionou o aumento da sua perseguição; assim (iii), os Guarani que ficaram na prisão portuguesa foram levados em uma embarcação até Rio Grande de São Pedro. Conforme escreve Quarleri (2009:254):

[...] estando en viaje los prisioneros, intentaron revertir la situación atacando a la tripulación y prendiendo fuego la embarcación. En aquel episodio varios perdieron la vida y sólo 13 o 14 guaraníes llegaron hasta Río Grande de San Pedro donde los esperaba Gomes Freire.

Com isso, a ação ao Forte Jesus, Maria, José do Rio Pardo desdobrou-se de modo trágico, tendo em vista que grande parte dos Guarani que participaram da ação foram mortos e rendidos pelos portugueses. Os acontecimentos agudizaram a fúria metropolitana. Em carta aos caciques, Gomes Freire afirmou: “[...] *me rompisteis la guerra contra el derecho de las gentes y contra la ley católica que decís profesáis atacando un pequeño presidio con grande número de gente*” (Quarleri, 2009:248).⁶ Dessa forma, o cenário de guerra estava montado e durante os anos de 1754 e 1755 a tensão do conflito se torna incontornável.

O prospecto da guerra

O uso das representações cartográficas como fontes históricas permite entender os mapas como mediação fundamental para a efetivação do poder metropolitano e a construção de uma retórica calcada na guerra e na justificação do massacre contra os Guarani dos territórios missionários, conhecidos como Sete Povos das Missões (atual estado brasileiro Rio Grande do Sul). Em especial, apresentamos o *Prospecto do ataque no Passo do Rio Churieby* (1756).

⁶ Consultar no Arquivo Histórico Nacional de Madri a *Carta de Gomes Freire de Andrada a los caciques comandantes de los pueblos rebeldes. Río Pardo, 18 de julho de 1754*. (Legajo 120, expediente 49, foja 1v.). A referência ao documento foi retirada de Quarleri (2009:248).

A resistência guaranítica: um olhar sobre o...
JESSICA APARECIDA CORREA

A representação a ser analisada faz parte de um vasto “universo cartográfico” existente em acervos públicos portugueses, brasileiros, argentinos e espanhóis e corresponde ao contexto da produção de levantamentos dos interiores dos territórios coloniais sul-americanos em meados do século XVIII. Esses mapas foram produzidos por engenheiros militares que compunham as expedições demarcatórias estabelecidas no Tratado de Madri. Por isso nos guiamos tendo em mente que o contexto das fontes cartográficas estava envolvido em uma ascensão paulatina da legitimação dos mapas nas negociações territoriais. Dito de outro modo, o alcance de “status jurídico” que a cartografia adquire em meados dos setecentos em solo europeu eleva o teor de oficialidade das representações cartográficas. Nesse sentido, nos valemos do apoio metodológico proposto por Carla Lois (2014), que reconhece a pluralidade e a instabilidade da imagem cartográfica e nos ajuda a estabelecer a importância da classificação e montagem da série cartográfica a ser ordenada e agrupada na investigação.

Como já mencionado, o *Prospecto do ataque no Passo do Rio Churieby* que tem oficialmente o título *Mappa que contem o Pais conhecido da Colonia athe as Missoes e o caminho q. fizerao as duas Armadas de S.Mag de Fidellma., e Cattolica* (1756), é uma fonte muito importante para os estudos da chamada *Guerra Guaranítica*. Esse mapa foi produzido pela Primeira Partida do Sul, a mesma que foi impedida de prosseguir com os trabalhos devido à resistência guaranítica em 1753 nos Sete Povos das Missões.

A fonte representa um dos principais trabalhos cartográficos que expõem a resistência indígena contra a ação das tropas ibéricas no contexto da guerra contra os Guarani entre os anos de 1753 e 1756. O mapa apresentado (uma cartografia de 66,2 x 47,7 cm) pode ser encontrado no Archivo Nacional de Madrid, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e na Biblioteca Nacional de Montevideú; os arquivos públicos disponibilizam o material em formato digital.⁷

Para que possamos nos aproximar dos detalhes do mapa (Figura 1, Figura 2) no contexto da guerra contra os Guarani, vamos observar primeiramente a Declaração das Letras.

Na Declaração das Letras destacamos as seguintes descrições:

- D) Campo a honde huã Partida da nossa Gente, e dos Espanhões attacaraõ os Indios e lhes mattaraõ o Cazique Iapé (homem Valorozo) e algus delles;
- E) Serro Caibaté a onde sucedeu o Choque no dia 10 de fevereiro de 1756. Segundo o está explicado na Relação aparte;
- F) Campo de honde se mandou a Fortificar o Passo do Rio Jacuhy a honde no anno de 1754 demorou accampado a nossa Troppa;
- G) Matto grosso e Serra em q'.passa hú. Braço do Ybicuhy a onde os Indios tinhaõ feito huã. Tranquera p.^a defender a sua Entrada;
- H) A paragem a onde os Indios em grande numero se presentaaõ outra vez p.^a nos embaraçar a marcha, mas não se deixaraõ chegar. Adt.to paragem chamase S.Fran. co Xavier.

7 Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, está disponível em: <https://bit.ly/2GqO5KT>. Na Biblioteca Nacional de Montevideú, está disponível em: <https://bit.ly/3d7pJBW> (Acesso em: 1 outubro 2020). Vale ressaltar que em 19 de maio foi publicada a notícia que uma versão analógica do referido mapa foi resgatado durante a recuperação do acervo da biblioteca municipal Gabriela Mistral, em Petrópolis/RJ, após as enchentes que atingiram a cidade no início do ano de 2022, disponível em: <https://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2022/05/19/mapa-da-epoca-do-brasil-colonia-e-encontrado-durante-limpeza-de-biblioteca-atingida-pelas-chuvas-em-petropolis-no-rj.ghtml> (Acesso em 23 maio de 2022).

A resistência guaranítica: um olhar sobre o...
JESSICA APARECIDA CORREA

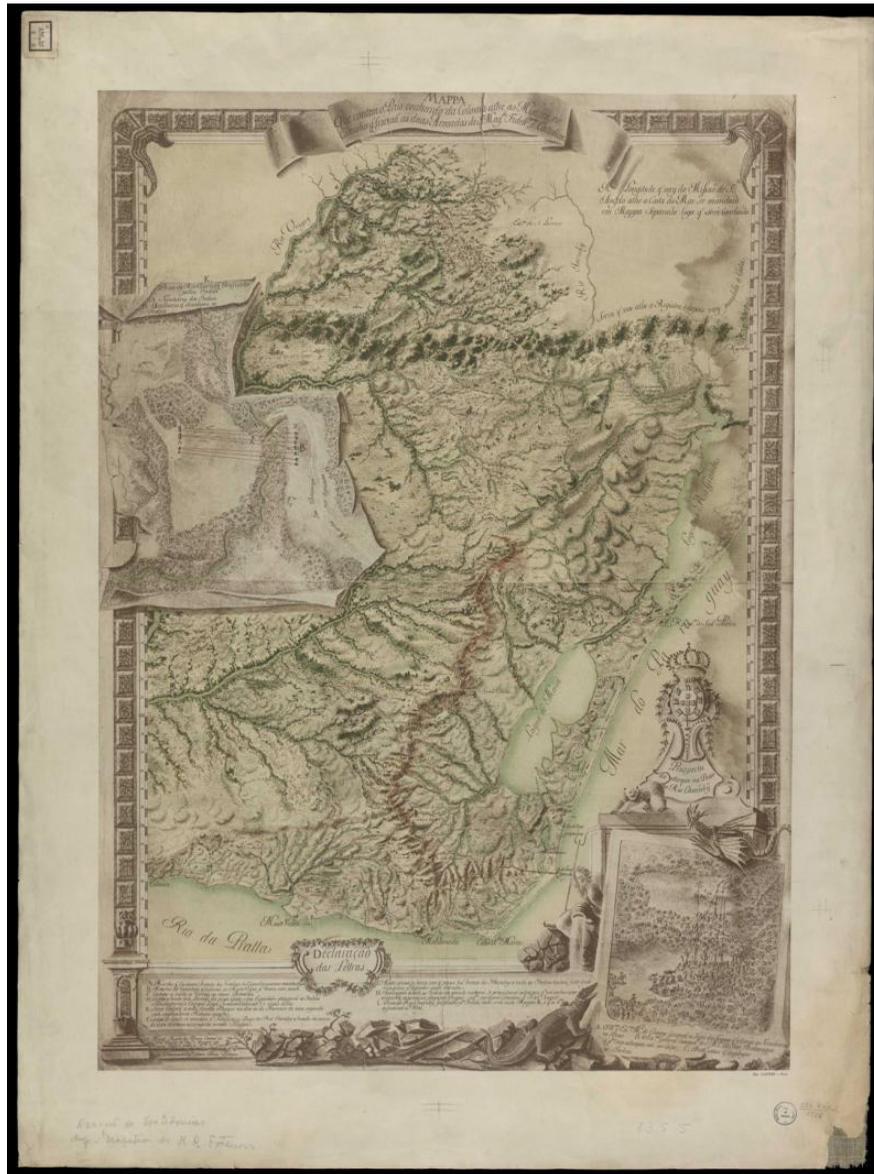


Figura 1. Mappa que contem o Pais conhecido da Colonia athe as Missoes e o caminho q. fizerao as duas Armadas de S.Mag de Fidellma., e Cattolica (1756). José Custódio de Sá e Faria. Fonte: Arquivo Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

A resistência guaranítica: um olhar sobre o...
JESSICA APARECIDA CORREA

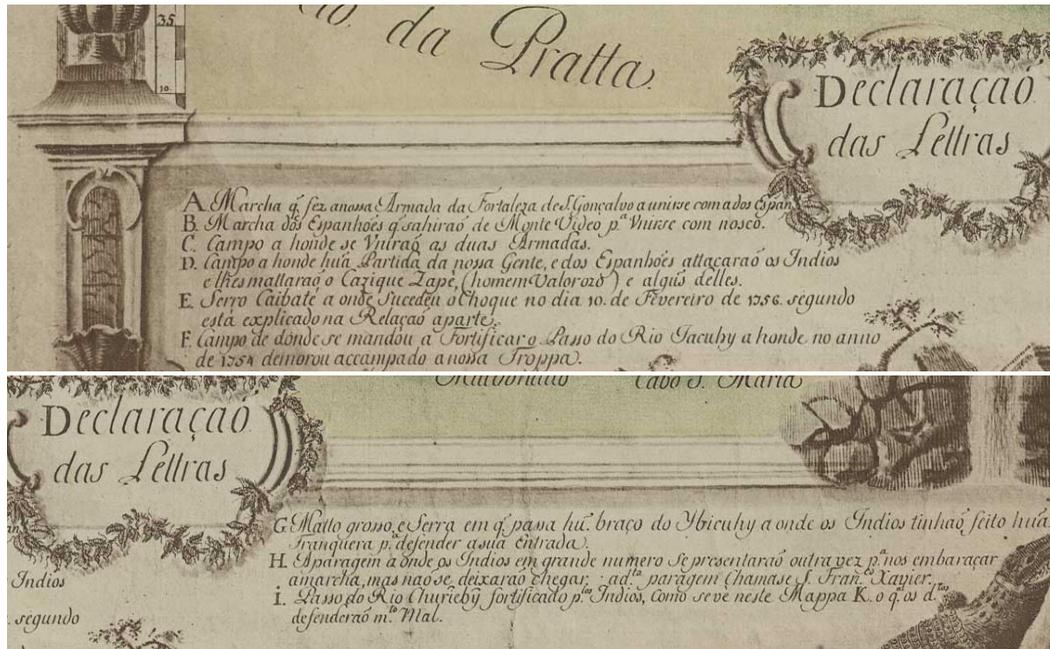


Figura 2. (Sup. e Inf.) Detalhes da Declaração das Letra. Fonte: Mappa que contem o Pais conhecido da Colonia athe as Missoes e o caminho q. fizerao as duas Armadas de S. Mag de Fidellma., e Cattolica (1756). Arquivo Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

O mapa traz à cena a violência do fato histórico, buscando evidenciar a mobilização das tropas e a explicitação da ação contra os indígenas, por exemplo, com a referência do local da morte da liderança Guarani Sepé Tiaraju, que foi brutalmente assassinado em 7 de fevereiro de 1756 e representou a voz da resistência.

A escala do mapa é indeterminada e inclui gravado o registro do sargento Sá e Faria –comandante português–, a quem o historiador Tau Golin atribuiu a autoria. A fonte revela a nítida participação dos ajudantes de campo Miguel Angelo de Blasco e João Bento Python, subscrito da seguinte forma: *Miguel Angelo de Blasco Coronel de Inf.ª com Exercio de Eng.ro, e Director dos Mappas Junto a pessoa do Ill.mo e Ex.mo Gomes Freire de Andrade o fez, mais o Adjudante de Inf.Cõ Exercicio de Eng.ro Joam Bento Pyton.*

O mapa abrange o período de ação da Primeira Partida Demarcatória, cujo ponto inicial se deu em Castilhos Grande e a demarcação deveria seguir até o rio Ibicuí. Além disso, o mapa demonstra as ações militares na invasão dos Sete Povos, revelando os pontos de partidas das tropas (Buenos Aires, Montevidéu e Colônia do Sacramento) e indica os caminhos de convergências onde as tropas se encontrariam para juntas invadirem o território missioneiro sublevado.

O recorte temático enfatiza as estâncias Jesuíticas-Guarani na parte superior do desenho, no qual assinalado em vermelho está o desenho de “cruz”, simbologia muito usual para representar os domínios eclesiásticos nos mapas setecentistas. Para cada desenho está acompanhado o respectivo nome do povoado missioneiro.

A resistência guaranítica: um olhar sobre o...
JESSICA APARECIDA CORREA

Outro elemento em destaque no mapa é a rede hidrográfica, com especial atenção para os principais rios e lagos da região, como Rio da Pratta, Rio Uruguay, Lagoa de Merim, Lagoa do Rio Grande, Rio Negro e Mar do Paraguai. Também está representada uma rede fluvial que se estende para o interior do continente e assinala alguns rios intermediários que foram referências importantes para balizar os trabalhos cartográficos e serviram de “barreiras naturais”, como Rio Jacuhy, Rio Guacacay, Rio Ibicuy Guaçu e Rio Iguayba. Em particular, é destacado o Rio Churieby (atual Rio Chuni/RS), no qual os indígenas fizeram uma frente de resistência e impediram o prosseguimento das tropas ibéricas em 1754.

No mapa, a técnica “vista de pássaro” é utilizada, dando altitude e profundidade ao desenho. A perspectiva é trazer à tona os acidentes geográficos existentes na região, com especial atenção para o relevo; o cartógrafo usa o sombreamento em cor verde para demonstrar a altitude das serras e montes.

O planalto de grande altitude (atual Escudo Sul-Rio-Grandense, com aproximadamente 500 metros de altitude) traz a seguinte descrição: “Serra que vai athe o Registro, e depois vay paralelo a Costa”, cortando de leste a oeste, logo acima da Lagoa Merim. O entorno também é detalhado e apresenta moderadas ondulações para destacar o relevo da região. Na parte inferior do desenho do mapa é possível localizar algumas indicações de serras mais pormenorizadas, como Serro de Navaro, Serro dos Reys e Serro de Arero.

As principais praças e adensamentos populacionais da época colonial estão presentes, como Montevideo, Maldonado, Colonia, Cabo de St^a Maria e Rio Grn.de de São Pedro. A prioridade do cartógrafo foi focar na margem superior do Rio da Prata. Além dos acidentes geográficos, o mapa tem a informação da principal fortaleza da região, a “F. de J. M^a Jozé” (Fortaleza de Jesus, Maria José do Rio Pardo). O ponto é importante a ser destacado na fonte, pois no ano de 1754 a fortaleza foi tomada pelos indígenas Guarani, liderados por Sepé Tiaraju, que a incendiaram para sabotar a tropa portuguesa e impedir o avanço nas terras missioneiras.

As descrições geográficas são mescladas com conteúdos que revelam a movimentação das tropas no contexto da guerra contra os Guarani dos Sete Povos das Missões. O mapa apresenta com a letra B os traçados que indicam os caminhos pelos quais marcharam as tropas espanholas saindo de Montevideú; com a letra A assinala a saída dos portugueses de São Gonçalo, nas proximidades da Lagoa do Rio Grande, que também está assinalada em linha de cor vermelha até o posto de Santa Tecla.

Na Declaração das Letras, a indicação F (*Campo de honde se mandou a Fortificar o Passo do Rio Jacuhy a honde no anno de 1754 demorou accampado a nossa Troppa*) revela a posição de acampamento das tropas portuguesas no ano de 1754, quando do encaminhamento do Primeiro Plano de Operação da guerra contra os Guarani. No campo ficaram as tropas portuguesas aguardando os espanhóis –estes últimos, sob o comando de José de Andonaegui, encabeçaram a tomada das Missões–.

Além disso, a escolha do terreno em que acamparam as tropas portuguesas revela a falta de conhecimento da realidade do local e das condições climáticas, pedológicas e pluviométricas da região. Cabe mencionar que os fatores climáticos, hidrográficos, pluviométricos e topográficos foram implacáveis e caracterizaram a decadência do

A resistência guaranítica: um olhar sobre o...
JESSICA APARECIDA CORREA

Primeiro Plano de Operação, aprofundando, por assim dizer, o fracasso da Primeira Partida, dando força à resistência indígena e malogrando o Tratado de Madri: a enchente de São Miguel.

Nesse ponto, utilizando-se da tática de posição, as tropas lusitanas ficaram acampadas aguardando as tropas espanholas, que deveriam alcançar o Passo do Jacuí pelo lado ocidental da área ainda no ano de 1754. A “demora” das tropas lusitanas naquelas paragens alterou o cenário local das correlações de forças dos grupos indígenas que ocupavam o litoral, as matas e as serras da região. Da mesma forma, a permanência da tropa lusitana nesse local alterou as relações entre os Guarani missioneiros, os Minuanos e os “homens” das tropas.

Sobre as condições em que ficaram a armada de Gomes Freire e a situação do acampamento militar com as cheias dos rios, o cartógrafo Miguel Ângelo Blasco produziu importantes cartas e prospectos. Sobre isso, escreve Golin (2011:51):

*No Perfil do Rio Jachuy no passo ganhado pelos Portuguezes no estado da enchente que houve no mez de 8bro de 1754, o genovês particularizou as posições militares no terreno, pintou os abarracamentos e os detalhes de cada parte do acampamento. Com o desenvolvimento de um sistema de linhas coloridas, retratou estudos sobre a calha do Jacuí, com os níveis das cheias, demonstrando “até onde chegou à enchente”; “onde chegou outras vezes”; o “leito ordinário do rio”; o “leito em tempo seco”; “pedras no fundo do rio, que puderam, em tempo seco dificultar a navegação a riba do passo”. O desenho do acampamento fornece subsídio sobre as formas das barracas e a disposição hierárquica das tropas. Identifica a barraca e o estado-maior de Gomes Freire. Em *A cortadura do perfil Campam.to do coronel Alpoim constam a “barraca do d.to Coronel Alpoim”; o “Regimento de Artilharia”; “outras barracas pertencentes ao corpo do sobredito Coronel”.**

Em relação ao caso da “enchente de São Miguel”, o que queremos colocar para a reflexão é o caráter estratégico e de defesa do território implícito no episódio. Isso porque não há dúvidas de que os maiores conhecedores da área e da dinâmica climática e topográfica da região eram os indígenas. O fato de a trincheira Guarani se posicionar na margem superior do rio Jacuí e impedir o avanço das tropas, obrigando-os a estacionarem no fundo do vale, nos leva a crer que os indígenas se utilizaram desse conhecimento para favorecer a sua resistência, pois acampadas no fundo do vale as tropas ficariam desastrosamente arruinadas na época das intensas chuvas no fim do ano na região.

O episódio climático intensificou as péssimas condições do acampamento português no Passo do Jacuí. A calamidade era tanta que levou o governador português Gomes Freire a fazer um trato com os caciques de São Miguel. O acordo estabelecido no final do ano de 1754 visou definir o rio Jacuí como rio fronteiro entre portugueses e indígenas. Com o acordo estabelecido entre as partes, as tropas portuguesas retornaram para a vila do Rio Grande, consumando-se o fracasso da invasão do primeiro plano de operações.

O fato da enchente de São Miguel é muito interessante para pensarmos o outro lado do confronto e buscarmos o avesso da representação cartográfica, ou seja, a resistência indígena. Não é por mero acaso que o ponto onde fizeram a frente de resistência estava

A resistência guaranítica: um olhar sobre o...
JESSICA APARECIDA CORREA

no Passo do Jacuí, isso revela o domínio do conhecimento do terreno pelos Guarani e a tática de organização da luta, na qual o território é tido como componente da ação e suas particularidades são aproveitadas como força potencial na estratégia indígena na defesa de seus interesses.

A seguir destacamos algumas das principais descrições do mapa e que nos ajudam a entender a movimentação das tropas e o massacre contra os Guarani (Figura 3).



Figura 3. Área core da Batalha de Caiboaté assinalada pela letra E. Fonte: Mappa que contem o Pais conhecido da Colonia athe as Missoes e o caminho q. fizerao as duas Armadas de S.Mag de Fidellma., e Cattolica (1756). Arquivo Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

A posição F, que representa o passo em que “demoraram” os portugueses e onde tiveram que enfrentar a enchente, é a “antessala” da “área core” nas proximidades do Serro de Caiboaté, lugar em que, no dia 10 de fevereiro de 1756, as tropas massacraram os indígenas (assinalado no mapa com a letra E). O centro do mapa traz em vermelho uma linha destacada até Santa Tecla. Esse é o ponto do mapa que representa a área core da guerra contra os indígenas no ano de 1756. Nela, a comissão demarcatória da Primeira Partida do Sul foi impedida de prosseguir. O traço em destaque tem seu início em Castilhos Grande e se encerra em Santa Tecla –esse último foi escolhido por se localizar na entrada da estância de São Miguel e permitir a convergência das manobras das tropas ibéricas–.

Sob a descrição *Passo do rio Churieby fortificado pellos Indios*, os cartógrafos representaram com a letra K (no lado esquerdo do mapa) um croqui relatando a posição das tropas ibéricas e a posição dos indígenas que fizeram o bloqueio sobre o Rio Churieby (atual Rio Chuni/RS) no ano de 1753.

A resistência guaranítica: um olhar sobre o...
JESSICA APARECIDA CORREA



Figura 4. Detalhe K do Passo do Rio Churieby fortificado pelos Índios, conforme a legenda da Declaração das Letras correspondente à letra I. Fonte: Mappa que contém o Pais conhecido da Colonia athe as Missoes e o caminho q. fizerao as duas Armadas de S.Mag de Fidellma., e Cattolica (1756). Arquivo Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Nota-se na Declaração das Letras a seguinte descrição sobre essa parte do mapa: *I Passo do Rio Churieby fortificado p.los Indios, como se ve neste mappa K. o q. os d.tos defenderão m.to Mal.* A Declaração das Letras é um recurso explicativo dos diferentes momentos da unidade de ação das tropas ibéricas contra os indígenas. Serve para elucidar as posições da frente de resistência, explicitar a localização das tropas e evidenciar os caminhos que indicam a ligação entre as estâncias jesuíticas, assim como o ponto de saída das marchas, os imprevistos do plano de operação, as dificuldades da demora da estadia das tropas, as linhas da locomoção sobre o terreno, o ponto de encontro das tropas e as fortificações.

No lado esquerdo podemos perceber que o “passo fortificado pelos índios” localiza-se na forquilha entre os rios Uruguai e Ibicuí. A resistência é apresentada por um desenho esquemático indicando a posição da barreira indígena, apontado pela letra A, *versus* a posição das tropas ibéricas, indicada pela letra B. O caminho assinalado, que fizeram as tropas, é o ponto estratégico mais cobiçado, pois foi nele que se uniram as tropas ibéricas representada pela letra C; o local foi a “porta de entrada” para a ação militar na área missioneira. A resistência dos indígenas é representada no mapa também por meio do “Prospecto do ataque”. A iconografia do massacre busca trazer à cena a “fuga para mata” dos indígenas que “fogem” da cavalaria das tropas que avançam para área missioneira.

A resistência guaranítica: um olhar sobre o...
JESSICA APARECIDA CORREA



Figura 5. Detalhe da ornamentação do Prospecto da Guerra. Fonte: Mappa que contem o Pais conhecido da Colonia athe as Missoes e o caminho q. fizerao as duas Armadas de S. Mag de Fidellma., e Cattolica (1756). Arquivo Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

O “croqui” do bloqueio indígena e a “iconografia do massacre” são duas faces de um mesmo discurso que tem por fundamentação retórica retratar a “desobediência” indígena contra o tratado de limites e o “embaraço” causado às tropas. A iconografia do massacre pode ser observada nas seguintes dimensões: (i) mostrar os indígenas voltando para “seu lugar” na mata/como componente “natural” da paisagem e (ii) a “glorificação” da ação efetiva das tropas na “vitória” contra os “obstáculos” dos “índios rebeldes”.

Vale dizer que, nos estudos dos mapas, não se pode conceber as fontes como registros neutros que expressam os “fatos que ocorreram realmente”, pois essas fontes correspondem aos interesses de determinado olhar, a depender das intenções do(s) autor(es) da obra ou da instituição a quem se destina, ou mesmo de quem a financiou.

A problemática a ser trazida é sobre a construção de uma imagem do passado que visa comemorar a ação militar e evidenciar os esforços da ação e do comprometimento das tropas que conseguiram driblar os indígenas para fazer valer a força a vontade do

A resistência guaranítica: um olhar sobre o...
JESSICA APARECIDA CORREA

monarca. Em uma leitura a contrapelo da fonte, é possível captar no mapa a euforia implícita da representação, pois o teor do massacre está relativizado –já que o discurso do “ataque” e da “vitória” contra os “índios” sublima a dimensão trágica e violenta, e glorifica a ação militar–.

A tensão e a iminência de um ataque no Passo do Jacuí eram sentidas constantemente pelas tropas. O sinal disso são as seguintes descrições apresentadas na Declaração das Letras, na qual se lê na letra G, “*Matto Grosso e Serra em q’passa hú. Braço do Ybicuhy a onde os Indios tinhaõ feito huã. Tranquera p.^a defender a sua Entrada*” e H “*A paragem a onde os Indios em grande numero se presentaaõ outra vez p.^a nos embaraçar a marcha, mas não se deixaraõ chegar. Adt.to paragem chamase S.Fran.co Xavier*”.

A resistência indígena é deflagrada na enunciação da legenda permanentemente associada à obstáculo, atraso e embaraço e traz à luz essa situação de instabilidade nas paragens e de complexidade das relações em que os segmentos estiveram envolvidos no momento do confronto.

O território da resistência guaranítica

A posição estratégica da frente de resistência contava com a sabedoria indígena, os verdadeiros e profundos conhecedores da geografia local. No mapa que organizamos, buscamos evidenciar a posição da frente de resistência, ressaltando a posição adotada pelos Guarani na margem superior do Rio Jacuí, que representamos com uma barreira (de cor vinho) com setas apontadas para baixo, na contravertente da posição das tropas portuguesas.

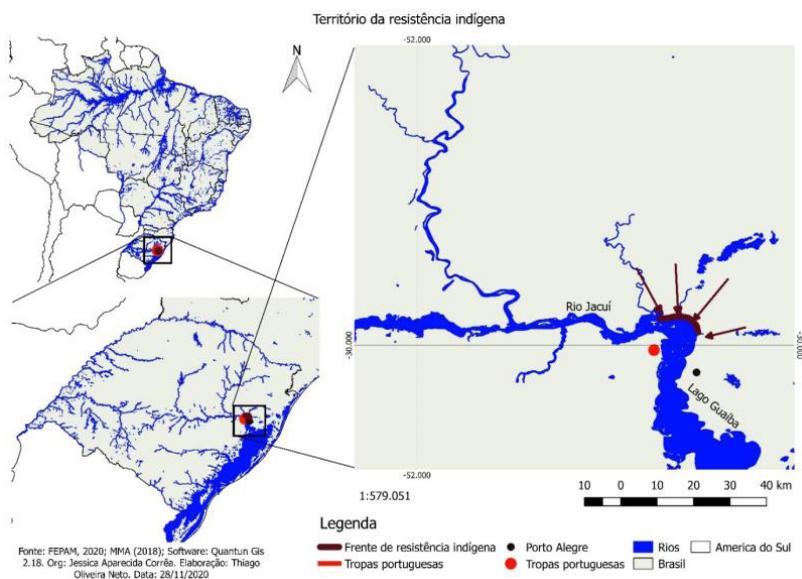


Figura 6. Território de resistência Guarani. Fonte: J.A. Correa (2021): A resistência guaranítica na formação territorial do Brasil: o massacre das Coroas ibéricas contra os Sete Povos das Missões (1753-1756).

O destaque do mapa é para a frente de atuação indígena que impediu o avanço das tropas portuguesas posicionadas na parte inferior do rio Jacuí (em vermelho). O ponto

A resistência guaranítica: um olhar sobre o...
JESSICA APARECIDA CORREA

estratégico na margem superior do rio está em uma diferença de aproximadamente 10 metros de altitude da margem inferior; isso se deve ao formato meândrico do rio, que estabelece uma diferença de posição entre os indígenas e as tropas portuguesas. Da mesma maneira, a posição dos indígenas demonstra o conhecimento dos Guarani sobre o terreno. A vista indígena tinha um olhar privilegiado para acompanhar a movimentação das tropas portuguesas.

O contraponto que queremos levantar é que, para a interpretação militar e oficial, a movimentação indígena é descrita como “obstáculo” ou “embaraço”, tal como anunciado na Declaração das Letras no mapa de 1756. Porém, em uma leitura a contrapelo (Benjamin, 2012), o conteúdo do *Prospecto* registra a existência da dominação real e efetiva dos indígenas sobre o território, em contraposição ao projeto do poder imperial. Esse esforço de empreender a leitura com ênfase à resistência indígena nos abre uma “[...] oportunidade revolucionária na luta pelo passado oprimido” (Benjamin, 2012:251).

Essa é a dimensão da resistência que podemos captar na fonte. Assim, na outra ponta da interpretação, o verdadeiro obstáculo foram os interesses metropolitanos levados a cabo pela força militar, pois é o poder externo da geopolítica ibérica que de fato se manifestou como empecilho para o prosseguimento do modo de vida Guarani. E, nesse sentido, encontramos apoio nos estudos de J.B Harley, para evidenciar que as fontes cartográficas históricas estão permeadas de silêncios e conflituosos interesses, onde o desenho do colonizador imprime “agendas ocultas” nas entrelinhas dos mapas e transforma “[...] *las nuevas tierras más atractivas para los colonizadores o para atraer a potenciales propietarios e inversionistas*” (Harley, 2005:136).

Assim, outra dimensão da resistência indígena que podemos captar na representação do *Prospecto* de 1756 está relacionada ao desenho da vegetação, que (além da agradável estética) proporciona a dimensão de profundidade. Nesse sentido, o desenho tem a função informativa sobre as condições físicas do lugar; dessa forma, indica a estratégia indígena de ocupação do terreno na sabedoria de sobrevivência em campo aberto, já que a mata permitia camuflagem dos guerreiros, provimento de alimentos e proteção ao abrigo das intempéries climáticas.

Por isso, defendemos que o conhecimento indígena do terreno e das condições geográficas e naturais foi utilizado como elemento de apoio na estratégia da resistência contra a invasão das tropas. Nessa direção, traçamos os caminhos para pensar a *resistência indígena* mais amplamente –ou seja, seu conceito é mais abrangente do que a ação das “trincheiras” no momento da confrontação–. O esforço metodológico empreendido na leitura da fonte cartográfica tem por intenção reivindicar uma leitura crítica do passado colonial luso-brasileiro e interrogar a “função criadora” da violência. Dessa forma, com base em Carlos Salamanca (2014:2):

Estos planteamientos se vinculan con una definición específica de la violencia que incorpora no sólo su variante disruptiva o destructiva sino también aquella constitutiva de las relaciones sociales. Ambigua y paradójica, la violencia destruye en algunos sentidos, pero también construye en otros (Marx 2014[1946], Girard 1985, Bloch 1992). Más allá de las diversas formas en que se puede manifestar, la violencia es parte constitutiva de las relaciones sociales (Isla y Míguez 2003:24). A su vez, la violencia hace parte de un conjunto

A resistência guaranítica: um olhar sobre o...
JESSICA APARECIDA CORREA

más amplio de mecanismos (de dominación, coerción, seducción, coacción, fascinación, entre otros) que producen configuraciones y ordenamientos sociales, culturales, políticos y económicos. Al implicar determinado tipo de relaciones, jerarquías y ordenamientos sociales, la violencia produce no sólo órdenes y estructuras, también sujetos y relaciones sociales.

Em outros termos, a guerra contra os Guarani ocorrida entre 1753 e 1756 trouxe à tona uma contradição ineliminável: a resistência indígena como sociabilidade fundante da formação territorial do Brasil. Na perspectiva da violência como “criadora”, tem-se o surgimento dos próprios sujeitos submetidos à opressão como contradição, pois, à medida que produziam sensibilidades, acordos e consensos e formavam, conjuntamente, estratégias para sobreviver e denunciar a violação, essa mesma conjugação de forças transgressoras da ordem violadora formavam as próprias bases de valores e autoridades que depõem a violência.

Nessa direção, a unidade gerada entre os indígenas Guarani missioneiros e as demais etnias habitantes da região contra a invasão das tropas ibéricas podem ser compreendidas sob essa perspectiva “criadora” das sociabilidades resilientes.

O modo pelo qual os Guarani se uniram a outros grupos étnicos, como foi o caso dos Charrua, e aos padres jesuítas revelam as diferentes expressões das formas de resistência que os indígenas Guarani buscaram para a sobrevivência da sua comunidade e para a garantia de seus territórios. Por isso, a importância da problematização de Salamanca (2014:5):

[...] el reconocimiento de la dimensión creadora de la violencia permite complejizar los análisis de la violencia, complementando la mirada sobre una violencia que se ejerce sobre las víctimas pero que de cierta forma la antecede y la sobrepasa en sus propósitos y en sus consecuencias.

Dito isso, o que temos em mente é que as disputas territoriais representadas pelas fontes cartográficas setecentistas que estamos trabalhando são condensadas por divergentes projetos de usos territoriais e intencionalidades políticas. Portanto, o resgate dessas tensões históricas requer evocar um “passado” que está vivo nas práticas sociais de resistências e lutas dos povos indígenas na contemporaneidade.

Palavras finais

O massacre contra os Guarani foi em retaliação à resistência indígena dos Sete Povos das Missões. A mobilização indígena enfrentou o avanço dos técnicos e tropas ibéricas em seus territórios. Dito em termos diretos, a resistência Guarani enfrentou a violência institucionalizada do Estado monárquico absolutista, “[...] la violencia institucionalizada constituía, aún en pleno siglo XVIII, el principal medio de expansión de la conquista sobre territorios y sociedades nativas” (Quarleri, 2009:210).

A discussão e as fontes trazidas no artigo colocam em evidência a resistência indígena na luta pela sobrevivência de seus modos de vida e territórios. É nessa perspectiva que concebemos a geografia histórica, não como um subcampo disciplinar da geografia, mas

A resistência guaranítica: um olhar sobre o...
JESSICA APARECIDA CORREA

sim como uma metodologia de análise dos processos históricos e espaciais, cuja mirada *post festum* (Moraes, 2006) é a guisa teórica fundamental para iluminar as lutas dos povos originários do presente, que resistem secularmente contra os insistentes projetos dominante de cada época.

Assim, essa leitura *post festum*, a partir da geografia histórica, busca resgatar as evidências desse “passado-vivo” que nutre o presente. Nessa direção, o olhar retrospectivo da geografia histórica permite-nos entender as tensões e disputas entabuladas no espaço colonial brasileiro e compreender o papel da violência imperial e os paradoxos que as práticas violentas evocam. Portanto, é nessa direção que guiamos nosso olhar para captar a resistência indígena do episódio bélico do massacre contra os Guarani de 1756, ou seja, pensamos a resistência indígena em todo o processo de “negociação”, “tratativas” e “participações” que as lideranças indígenas tiveram que se envolver nos diferentes contextos de disputas.

Por isso, nos colocamos ao lado da tradição da narrativa dos “vencidos”, conforme a sétima tese do filósofo W. Benjamin (2012). A nossa abordagem não tem empatia com a visão dos “vencedores” e, por isso, nos colocamos na contramão da versão dominante que chama de *Guerra Guaranítica*. Pois, essa última traz consigo a intenção de responsabilizar os Guarani habitantes dos Sete Povos das Missões Jesuíticas pela guerra.

E, nesse sentido, para finalizar citamos a liderança Guarani David Karai Popygua (2019), a citação foi retirada da transcrição que fizemos da palestra pública proferida pela liderança no ano de 2019. O evento ocorreu na Universidade de São Paulo, nos dias 5, 6 e 7 de junho, organizado pela Escola de Comunicação e Artes (ECA/USP), com a coordenação do Prof. Dr. Artur Matuck e curadoria de Maria Lucia Brant de Carvalho. Destacamos na fala a sabedoria e a cosmovisão Guarani que resiste ao tempo e há séculos convive entre nós.⁸ Por fim, é importante dizer que a palavra *jurua* significa o *não indígena/colonizador*:

Quando se leva o nome de guerra sempre querem apontar o derrotado, ou, aquele que foi massacrado como o culpado pela guerra. Quem já ouviu falar da Guerra Guaranítica aqui? A “Guerra Guaranítica”, vocês acham mesmo que foram os Guarani que criaram essa guerra? O *jurua* é tão perverso na sua forma de reproduzir a história, para lavar a mente das pessoas ele fala “Guerra Guaranítica”, como se os Guarani tivessem feito uma guerra. Jamais o *jurua* deveria usar ou relacionar o nome do povo Guarani com a guerra dessa forma. Isso é um erro histórico que precisa ser corrigido. Nós não fizemos a guerra, o que aconteceu na região Sul do Brasil nas Missões Jesuíticas foi massacre! (Karai Popygua, comunicação pública, 07 junho de 2019).

Para encerrar, a abordagem mobilizada visa reclamar o apagamento e a naturalização da violência contra os povos originários, a mirada *post festum*, traz à tona os usos geopolíticos das fontes cartográficas na consolidação do discurso jurídico e na “oficialização do massacre” de Caiboaté chamado de *Guerra Guaranítica*. Por isso, o título oficial deve ser contestado, porque reforça a ideia de que os massacrados fizeram a guerra,

⁸ A transcrição na íntegra da palestra foi realizada em 30 de setembro de 2019. A versão da palestra poderá ser acessada por meio do Correa, Popygua e Castro (2020).

A resistência guaranítica: um olhar sobre o...
JESSICA APARECIDA CORREA

ocultando o fato de que a guerra e o massacre foram promovidos pelas tropas ibéricas por ordem das Coroas.

O presente artigo compõe o quarto capítulo da dissertação de mestrado intitulada: A resistência guaranítica na formação territorial do Brasil: o massacre das Coroas ibéricas contra os Sete Povos das Missões (1753-1756). A pesquisa foi desenvolvida e defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo em 2021 e contou com o financiamento da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).⁹ Na ocasião tivemos a oportunidade de fazer um estágio de pesquisa (BEPE/FAPESP) no Instituto de Geografia “Romualdo Ardissoni”, na Universidade de Buenos Aires (2020), sob a supervisão da Professora Dra. Perla B. Zusman. O texto apresentado foi gestado no contexto de estágio e recebeu importantes colaborações da supervisora, bibliotecárias, pesquisadores, estudantes, professoras e professores que contribuíram com valiosa cooperação intelectual. A vocês, os meus mais sinceros agradecimentos.

⁹ Para mais informações das referidas pesquisas com financiamento da fundação consultar os números de processo: 2017/20574-2; 2019/ 19013-1 disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/bolsas/189404/a-cartografia-da-guerra-contra-os-indigenas-e-as-expedicoes-demarcatorias-1752-1761/> (Acesso em 08 dezembro de 2021).

A resistência guaranítica: um olhar sobre o...
JESSICA APARECIDA CORREA

Bibliografia

- » Almeida, A. F. (2001). *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América portuguesa (1713-1748)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- » Benjamin, W. (2012). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (Vol. 1). Tradução Sérgio P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense.
- » Correa, J.A. (2021). *A resistência guaranítica na formação territorial do Brasil: o massacre das Coroas ibéricas contra os Sete povos das Missões*. Mestrado em Geografia, Universidade de São Paulo. Recuperado de: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-01072021-125150/publico/2021_JessicaAparecidaCorrea_VCorr.pdf
- » Correa, J.A., Popygua, D.K. e Castro, B.A. (2020). A resistência Guarani contra a barbárie da "civilização": a busca pelo Tekoa Porã. *Conexão Política Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI*, 9(1), 1-19. Recuperado de: <https://revistas.ufpi.br/index.php/conexaopolitica/article/view/12220>
- » Cortesão, J. (2009). *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomos I e II. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda.
- » Erbig Junior, J.A. (2015). *Imperial lines, indigenous lands: transforming territorialities of the Río de la Plata, 1680-1805*. 2015. Tese de Doutorado em Filosofia. University of North Carolina, Chapel Hill.
- » Golin, T. (1998). *A Guerra Guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul (1750-1761)*. Passo Fundo: EDIUPF. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- » Golin, T. (2011). Cartografia da Guerra Guaranítica. *Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*, 1. Belo Horizonte: UFMG. Recuperado de: <https://bit.ly/3oVGvbq>
- » Golin, T. (2012). Cartografia da geopolítica e das guerras: Brasil Meridional. *Encontro Estadual de História*. Rio Grande: Anpuhrs.
- » Harley, J.B. (2005). *La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía*. Tradução Leticia Garcia Cotés, Juan Carlos Rodríguez. Ciudad de México: FCE.
- » Imprenta del Estado (1836). *Tratado firmado en Madrid, 13 de enero de 1750, para determinar los límites de los estados pertenecientes a las coronas de España y Portugal, en Asia y América*. Buenos Aires: Imprenta del Estado.
- » Kantor, I. (2007). Usos diplomáticos da Ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia Historia*, 23(37), 70-80. Recuperado de: <https://bit.ly/3p0LhEv>
- » Lois, C. (2014). O mapa, os mapas: propostas metodológicas para abordar a pluralidade da imagem cartográfica. *Espaço e Cultura*, 36, 35-60.
- » Moraes, A.C.R. (2006). A afirmação da territorialidade estatal no Brasil: uma introdução. Em A. Lemos, I. Geraiges de, M.L. Silveira e M. Arroyo (Orgs.), *Questões territoriais na América Latina* (pp. 41-54). Buenos Aires: CLACSO. São Paulo: USP.

A resistência guaranítica: um olhar sobre o...
JESSICA APARECIDA CORREA

- » Moraes, A.C.R. (2009). *Geografia histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica*. São Paulo: Annablume.
- » Quarleri, L. (2009). *Rebelión y guerra en las fronteras del Plata: guaraníes, jesuitas e imperios coloniales*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- » Salamanca, C. (2014). Espacios de violencia, sitios de memoria y lugares de elocución: espacio y mediación en la política indígena contemporánea la latinoamericana. *Seminario Internacional Experiencias de Memoria Histórica*, Bogotá. Buenos Aires: Conicet. Recuperado de: <http://bit.ly/3d7bi2T>
- » Zusman, P.B. (2000). *Tierras para el Rey: tres fronteras y la construcción colonial del territorio del Río de la Plata (1750-1790)*. 2000. Tese de Doutorado em Geografia. Universidad Autónoma de Barcelona, Bellaterra.

Jessica Aparecida Correa / jessicapcorrea@gmail.com

Licenciada em Geografia pela UNESP, Rio Claro. Bolsista FAPESP-BEPE com estágio de pesquisa na Universidade do Porto, Portugal. Defendeu o Mestrado em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana USP, São Paulo, com bolsa FAPESP-BEPE e fez estágio de Pesquisa no Instituto de Geografia "Romualdo Ardissonne", Universidade de Buenos Aires. Atualmente é Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP, Rio Claro. Pesquisa os temas: Geografia Histórica, Resistência Indígena, Cartografia Histórica e Formação Territorial Latino Americana.